

BARTOLOMÉ YUN CASALILLA

OS IMPÉRIOS
IBÉRICOS E A
GLOBALIZAÇÃO
DA EUROPA

(SÉCULOS XV A XVII)

TEMAS E DEBATES

Círculo de Leitores

Sumário

Nota à edição portuguesa	9
Introdução	13

PARTE I

OS POVOS IBÉRICOS E A GLOBALIZAÇÃO

1. A Europa, a Ibéria e o Atlântico no século xv	23
O SALTO PARA O MAR	23
CONFLITO E EXPANSÃO	31
PORTUGAL: O PRIMEIRO ATOR GLOBAL	43
<i>COMUNIDADES E GERMANÍAS.</i>	
OS REINOS IBÉRICOS NO ESPELHO EUROPEU	45
2. A expansão ibérica e a Europa	55
A AMÉRICA. CONQUISTA E CATÁSTROFE ECOLÓGICA E HUMANITÁRIA	56
OS PORTUGUESES NA ÁSIA.	75
EFEITO BUMERANGUE: A EUROPA E A PENÍNSULA	83

3. Os reinos ibéricos no século XVI	97
CONTRA O MITO DO ATRASO TECNOLÓGICO IBÉRICO. . .	98
ECOSSISTEMAS E CRESCIMENTO	102
ECONOMIAS NÃO DEPENDENTES	117
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE CRESCIMENTO E INSTITUIÇÕES	128
Conclusões da Parte I:	
Alguns tópicos revistos	135

PARTE II

MONARQUIAS COMPÓSITAS
E INSTITUIÇÕES

4. Os impérios, problema ou solução?	147
PORQUÊ CASTELA?	147
ESPANHA, PACTOS E CONFLITOS	160
O IMPÉRIO COMO BÁLSAMO E AS DUAS REVOLUÇÕES IMPOSSÍVEIS	170
PORTUGAL. A SOLUÇÃO IMPERIAL.	183
OS LIMITES DO CRESCIMENTO	191
5. Estereótipos e realidades	197
OS ESTEREÓTIPOS DA DECADÊNCIA EM PERSPECTIVA EUROPEIA.	198
AS INSTITUIÇÕES E O SEU CONTEXTO.	203
FAMÍLIA E REDES SOCIAIS	213
UMA REVISÃO DE MAIS LUGARES-COMUNS	222
6. 1600: a globalização primitiva e a Europa.	239
A RELIGIÃO IMPORTA	239

AGENTES DE GLOBALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO	253
CASTELA E A CONCORRÊNCIA EUROPEIA.	266

Conclusões da Parte II:

Forças e fraquezas da monarquia compósita	281
---	-----

PARTE III

IMPÉRIOS COMPÓSITOS E GLOBALIZAÇÃO

7. O império compósito

hispano-português, 1598-1640	297
OS IMPÉRIOS IBÉRICOS ENTRELACADOS	297
GLOBALIZAÇÃO CORROSIVA	319
O CALCANHAR DE AQUILES.	326
GUERRAS GLOBAIS	340

8. Rupturas e adaptações. Decadência de quem? 351

CASTELA EM CRISE	351
IMPÉRIOS DECADENTES OU PACTOS REVISTOS?	362
DO CENTRO PARA A PERIFERIA	386

Conclusões da Parte III:

Impérios e lendas	401
-----------------------------	-----

Epílogo: Impérios falhados? 409

Notas.	419
----------------	-----

Bibliografia	432
------------------------	-----

Índice remissivo	456
----------------------------	-----

Nota à edição portuguesa

Este livro é o resultado de uma série de peripécias que o transformaram na presente edição em língua portuguesa. Os seus antecedentes encontram-se noutra obra muito anterior (Yun, 2004), em que numa das notas comentava a minha frustração por não ter sido capaz – por falta de tempo e de conhecimentos, certamente, e pela ideia de que o historiador que não chega a tornar públicos os seus pensamentos é um mau historiador – de incluir a história de Portugal no conjunto dos reinos ibéricos nele estudados. Parecia-me então que, sendo Portugal uma peça crucial do mosaico ibérico, não se podia separar deste e que, se a sua história só se pode explicar com Portugal, também a história de Portugal não se pode explicar sem as das outras formações políticas que dariam lugar a essa comunidade imaginada que muitos já concebiam como Espanha, composta por uma diversidade de reinos, unidades políticas, línguas e tradições. Embora eu sinta que ainda temos muito que fazer e que a história de Portugal necessitaria de mais peso relativo, muitos anos de convivência com os meus colegas portugueses convenceram-me disso mesmo. A própria escrita deste livro suscitou-me mais perguntas do que respostas, as quais decerto irão ser encontradas por outros investigadores que, assim o espero, farão no

futuro uma história entrelaçada e comparada das referidas formações políticas e das sociedades nas quais assentavam.

Contudo, parece-me hoje evidente que – como afirmo na introdução – nem a história de Espanha nem a de Portugal se podem compreender sem a dimensão global e imperial que as sociedades ibéricas assumem desde o século xv. É por isso que esta obra se interessa principalmente por esses impérios, estudando-os sobretudo a partir do impacto que tiveram nas sociedades ibéricas e das comparações que hoje podemos estabelecer com impérios semelhantes e com outras sociedades europeias. Isto é importante, pois creio que os historiadores de Espanha e Portugal deram contributos fundamentais para o conhecimento da globalização, gerando e partilhando – por vezes sem o saberem – uma série de conceitos cruciais para a compreensão da história dos impérios em geral e dos impérios centrados na Europa moderna em particular. Além disso, embora possamos escusar-nos com a grande extensão dos impérios, a profusão das fontes que geraram e a vastidão dos territórios e das sociedades locais sobre as quais se projetaram, é nossa tarefa abordá-los numa perspetiva mais ampla e comparada; mais ampla e mais comparada do que a deste livro. Pois será a visão destes impérios numa diversidade de escalas que nos revelará a sua importância como fenómenos históricos, para sabermos valorizar esse passado, repleto de luzes e sombras.

São muitos os colegas, sobretudo portugueses e brasileiros, para com quem este livro tem uma dívida e já agradeço a alguns deles na edição da sua versão mais longa (Yun, 2019). Sem os referir de novo, quero frisar que foram os trabalhos, não apenas deles mas de muitos outros, que o tornaram possível. As citações dos seus estudos não bastam para lhes fazer justiça, e tive de omitir muitos deles por me faltar o espaço necessário e porque nós, os historiadores, caminhamos com frequência sobre os ombros de gigantes que nem sequer conhecemos. Além disso, há algumas questões que desejo esclarecer. Mantive a

referência aos monarcas de acordo com a numeração própria da Coroa de Castela, e não com a de Portugal, para evitar mal-entendidos quando me refiro a ambas e para respeitar a versão original em inglês: Filipe II (Filipe I de Portugal) continuará a ser assim designado, bem como os Filipes seguintes. Efetuei pouquíssimas correções, embora algumas tenham servido para melhorar o texto anterior. Este livro – ou melhor, o original em língua inglesa no qual se baseia – acabou de ser escrito em meados de 2017, embora tenha sido publicado em fevereiro de 2019. Desde então, poderia ter feito algumas atualizações bibliográficas, mas pareceu-me desnecessário. Por último, desejo expressar a minha gratidão a Artur Lopes Cardoso pelo excelente trabalho de tradução de castelhano para português.

Introdução¹

Os impérios têm justificada má fama e, no caso dos impérios ibéricos, ainda pior. Tiveram-na no seu tempo – como todos – porque a própria natureza dos impérios, como formas de exercício do poder sobre sociedades muito diversas e amiúde distantes económica e culturalmente, só pode desencadear o descontentamento destas e porque, também pela sua própria natureza, têm de conviver com rivais externos cuja capacidade de criar opinião é muito forte e se dispersa por âmbitos muitos amplos. Mas acontece que os impérios ibéricos foram os últimos na Europa – talvez juntamente com o russo – que se apoiaram numa série de valores que entrariam em crise no preciso momento em que se formaram os Estados nacionais, a sociedade laica, o capitalismo e a revolução científica, que estão no cerne da escala de valores com base na qual olhamos para o passado.

A saída para o dilema que esta situação cria não consiste no «e tu ainda mais» com que, por vezes, se pretende superar a história de conquista, domínio e destruição que todos os impérios implicam, mas sim numa reflexão feita a partir do seu próprio contexto histórico que, além disso, não se esqueça da história comparada, porque é a comparação

que nos pode servir para romper com estereótipos de excepcionalismo habituais nestes casos. E isso acontece ainda mais em países como Espanha e Portugal, onde continua a haver, mesmo entre os historiadores, quem os apresente como casos excepcionais. Acresce que a história comparada tem a virtude de converter os casos diferentes em variantes e não em aberrações. E estes impérios foram demasiadas vezes considerados aberrações, com base não na análise dos mesmos, mas nos seus estereótipos. Este livro pretende (re)construir a sua história, desmontando tais estereótipos da perspetiva da história das economias políticas desses impérios; ou seja, a partir de como a organização institucional destes, que é um reflexo das relações sociais e de poder, afetou as suas economias e capacidade de mobilização de recursos militares.

Porém, situar os impérios ibéricos no seu contexto implica também, hoje, relacioná-los com o processo de globalização que tanto nos preocupa a todos, bem como com a história da Europa em que eles se inseriam e na qual há que procurar os referentes dessas comparações. Assim, este livro pretende entender como os impérios impulsionaram a globalização anterior à que iria ser acelerada pelo capitalismo industrial desde o século XIX e como esta os afetou, ao mesmo tempo que se preocupa com os modos como esse protagonismo influenciou a história da Europa. Tudo isso é muito importante não só para o historiador, mas também para o público em geral a que este livro gostaria de chegar. Pois, com efeito, quando até há não muito tempo olhávamos para a história como um processo de modernização no tempo, os países ibéricos apareciam como os que foram deixados para trás nas profundas transformações que iriam produzir-se a partir de finais do século XVIII e que pareciam ter sido protagonizadas sobretudo pelos países do Norte da Europa. Mas se o problema que agora devemos estudar é como a Europa foi um agente importante de globalização (veremos que não foi o único), é mais do que evidente que, para o bem e para o mal, o protagonismo dos povos ibéricos é inegável. É precisamente isso

que demonstram o crescente interesse e a torrente de trabalhos sobre eles que se tem produzido nas últimas décadas (inclusive mais fora dos nossos países do que neles próprios).

Isto deve-se também ao interesse pela história global e ao estatuto privilegiado que esta adquiriu. Os debates que se desencadearam sobre o tema foram muito importantes e alguns deles focam de perto os impérios ibéricos. É nossa especial preocupação fazer ver que, mesmo numa época em que o desenvolvimento dos mercados globais era ainda muito limitado, a vida dos povos ibéricos e europeus em geral foi muito influenciada pelos efeitos da globalização precoce nas instituições e, por essa via, na economia política e nas economias ibéricas². Ao entrarmos neste campo, vemo-nos obrigados a retomar um debate hoje muito comum entre os economistas e os historiadores da economia, a saber, o das relações entre as instituições informais e redes sociais e as instituições políticas ou formais, que também é um problema atual, na medida em que, *mutatis mutandis*, nos remete para como as organizações políticas atuais estão a ser modificadas pelo desenvolvimento de espaços de comunicação e de criação de confiança alternativos a elas³. Esse debate permite-nos ainda penetrar com perspectiva crítica em muitos dos estereótipos sobre os quais se construiu a imagem negativa que, do ponto de vista económico, tiveram ambos os impérios, amiúde considerados como oportunidades perdidas de desenvolvimento económico ou como agentes que o obstruíram. Mas, além disso, essa perspectiva permite compreender o papel das organizações políticas no rumo da economia e da criação de riqueza, bem como no processo de construção do Estado nestas sociedades; um modo que deu origem a formas de desenvolvimento político e de organização territorial de grande relevo na atualidade e que suscitou leituras muito pessimistas do passado; sobretudo quando se perde de vista que os Estados não se constroem por força sobre a uniformidade e que há modelos de desenvolvimento político perfeitamente coerentes – a Itália

e a Alemanha constituem excelentes exemplos – em que a diversidade é a chave desse processo, com todos os inconvenientes que possa gerar. Para explicarmos tal desenvolvimento, devemos tomar como ponto de partida que, quase desde a época medieval, existiram diversas formas de negociação entre a monarquia e os seus territórios, que eram assimétricas e muito diferentes – mais em Espanha do que em Portugal – e que o modo como essas negociações entre o poder central e as elites locais se desenvolveriam iria ser decisivo. Daí que entenda a utilidade do conceito de monarquia compósita⁴. Mas gostaria de ser muito claro sobre esta afirmação: o que acabo de dizer não se trata de uma posição política nem procura criar uma receita para o futuro. A história é útil para entender como o passado cria os alicerces do presente, o que não é pouco, mas não para impor receitas de construção do futuro que vão além das que são ditadas pelo senso comum: a necessidade de diálogo, o respeito entre os povos e grupos sociais, a obrigação de evitar a injustiça civil, social e económica... e outras que o leitor pode acrescentar. A política, que constrói o futuro, é, em grande medida, senso comum, tem em conta o passado, sem ficar amarrada a ele.

A tradição de ver a Ibéria como um problema é muito antiga e encontra-se já em historiadores como Claudio Sánchez-Albornoz ou Americo Castro⁵. Mas o facto de a história da Ibéria ter sido encarada como um caso clínico também não é de estranhar, pois nós, os historiadores, temos projetado visões anacrónicas e muito negativas a partir de uma perceção de fracasso que arranca ainda no século XVII e que ganhou corpo no XIX, quando tomaram forma a evidência do atraso do Sul da Europa e uma série de ideias sobre o papel dos impérios no desenvolvimento económico. Segundo esta tese, ao contrário do que se passava com os impérios do século XIX, os impérios ibéricos dos séculos XVI e XVII foram meros fornecedores de matérias-primas, constituindo, ao mesmo tempo, mercados para os produtos industriais que iriam produzir crescimento económico no Norte. O modelo, como é lógico,